

INCLUSÃO DIGITAL COMO FATOR DE ACESSO A INFORMAÇÃO: Perspectivas para o Letramento Digital

Doutoranda Laiana Ferreira de Sousa
Universidade Federal da Paraíba
Email: laiana_ffsousa@hotmail.com

Prof.^a Dr.^a Izabel de Lima França
Universidade Federal da Paraíba
Email: belbib@gmail.com

Resumo

Introdução: O texto apresenta a importância da inclusão digital atrelada ao poder de acesso e uso da informação em tempos de cibercultura. **Método:** Em termos metodológicos, a pesquisa envolveu essencialmente levantamento bibliográfico em bases de dados da área de Ciências Sociais Aplicadas. **Resultado:** Evidencia-se a importância do letramento digital para a construção e desenvolvimento de um sujeito incluído digitalmente na Sociedade da Informação, demonstrando a necessidade de competências que mobilizem conhecimentos para uma interação informacional eficaz. **Conclusão:** A partir desse quadro contextual, este artigo pretende contribuir com a discussão em torno dos temas Inclusão Digital, Letramento, Letramento Digital para o acesso informacional.

Palavras-Chave: Letramento. Letramento Digital. Inclusão Digital

DIGITAL INCLUSION AS FACTOR OF ACCESS TO INFORMATION: Perspectives for Digital Literacy

Abstract

Introduction: The text presents the importance of digital inclusion linked to the power of access and use of information in times of cyberculture. **Method:** Methodologically, the research involved essentially a bibliographic survey in databases of Applied Social Sciences. **Result:** The importance of digital literacy for the construction and development of a digitally included subject in the Information Society is demonstrated, demonstrating the need for skills that mobilize knowledge for effective information interaction. **Conclusion:** Based on this contextual framework, this article aims to contribute to the discussion around the themes Digital Inclusion, Literacy, Digital Literacy for informational access.

Keywords: Literature. Digital Literacy. Digital inclusio.

INTRODUÇÃO

Em tempos de leituras digitais e de relações midiáticas, presenciamos o aparecimento de novos espaços de escrita e novos gestos de leitura na era digital. Atrelado a estas mudanças evidencia-se o crescimento global de informação e suas variadas formas de organização, armazenamento e difusão, mediados pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

Os aprendizes que crescem em uma cultura participativa digital aprendem novos gestos e habilidades, se apropriando e ao mesmo tempo

criando elementos que condizem com as diversas formas de interação. Com a chegada de novos suportes de organização da informação, ampliando as possibilidades de uso e acesso, o leitor dispõe de mais dispositivos para ler e de mais modos de fazê-lo do que em épocas anteriores.

A expressão “Ler na Tela” torna-se habitual, evidenciando transformações no modo de comunicação na escrita em papel e na escrita virtualizada. Esse contexto digital tem contribuído para a reflexão sobre os possíveis usos sociais da leitura e escrita em ambientes diferenciados.

Nesse sentido, evidencia-se o abismo que vem sendo gerado entre os que possuem acesso a essas transformações que são de cunho técnico, mas também social, seja por questões educativas, econômicas ou políticas, o que torna urgente as discussões em torno da expressão “inclusão digital”.

Diante da inserção das TIC em grande parte dos processos desenvolvidos pelo homem, pensar em inclusão digital é ter consciência da importância do desenvolvimento de competências técnicas, cognitivas e sociais para lidar com a velocidade do acúmulo informacional e a sua imaterialidade na cibercultura.

Para o estudioso Pierre Lévy¹ (1999, p. 157) a cibercultura traz uma mutação da relação com o saber “o ciberespaço suporta tecnologias intelectuais que amplificam, exteriorizam e

modificam numerosas funções cognitivas humanas”. Enquanto isso Chartier² considera o texto na tela uma revolução do espaço da escrita que altera fundamentalmente a relação do leitor com o texto, as maneiras de ler, os processos cognitivos:

“Se abrem possibilidades novas e imensas, a representação eletrônica dos textos modifica totalmente a sua condição: ela substitui a materialidade do livro pela imaterialidade de textos sem lugar específico; às relações de contigüidade estabelecidas no objeto impresso ela opõe a livre composição de fragmentos indefinidamente manipuláveis; à captura imediata da totalidade da obra, tornada visível pelo objeto que a contém, ela faz suceder a navegação de longo curso entre arquipélagos textuais sem margens nem limites. Essas mutações comandam, inevitavelmente, imperativamente, novas maneiras de ler, novas relações com a escrita, novas técnicas intelectuais”.

O ambiente digital como espaço de escrita e de leitura exige novas habilidades para além das formas de acesso à informação, mas também para a assimilação de novos processos cognitivos, novas formas de conhecimento, novas maneiras de ler e de escrever, enfim, um novo letramento³.

O presente artigo apresenta como objetivo principal discutir e tornar evidente a importância do letramento digital para a construção e desenvolvimento de um sujeito incluído digitalmente na Sociedade da

Informação, visando o entendimento de competências que mobilizem conhecimentos para uma interação informacional eficaz.

A partir desse quadro contextual, este artigo pretende contribuir com a discussão em torno dos temas Inclusão Digital, Letramento, Letramento Digital para o acesso informacional. Em termos metodológicos, a pesquisa envolveu essencialmente levantamento bibliográfico em bases de dados da área de Ciências Sociais Aplicadas.

INCLUSÃO DIGITAL COMO FATOR DE ACESSO A INFORMAÇÃO

A sociedade atual é representada por diversas expressões que agem na busca por caracterizar um formato social pautado nas transformações advindas da inserção das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Dentre as mais populares denominações destacam-se: “Sociedade da Informação”, “Sociedade do Conhecimento”, “Sociedade Pós-industrial”, “Sociedade em Rede”, etc. Essas representações baseiam-se nas mudanças técnico-informacionais ocorridas na sociedade durante os últimos séculos.

As principais características da Sociedade da Informação estariam consolidadas, conforme Castells⁴, na informação como sua matéria-prima; na alta penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias; no predomínio da lógica de redes, na flexibilidade; e na crescente convergência de tecnologias.

Diante das mudanças que ocorreram em todos os níveis que tratam a informação em meio social, presenciamos a chegada de uma era em que o conhecimento tornou-se imprescindível para o progresso da sociedade. Tornava-se prioridade o estudo e análise dessas transformações no meio político, econômico e social.

Foi a partir do século XX que ocorreu uma avalanche de propostas políticas nacionais resultando na elaboração de documentos governamentais em todo o mundo.

No Brasil, o Ministério da Ciência e Tecnologias (MCT), empreendeu uma série de esforços a fim de construir diretrizes para o estabelecimento de um programa que levasse a sociedade brasileira à entrada na sociedade da informação. Este entendimento, ainda que tardio, culminou na publicação, em 2000, do Livro Verde da sociedade da informação pelo o Programa Sociedade da Informação (SocInfo), cujo objetivo é “integrar, coordenar e fomentar ações para a utilização de tecnologias de informação e comunicação, de forma a contribuir para que a economia do país tenha condições de competir no mercado global e, ao mesmo tempo, contribuir para a inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade⁵

Para Socinfo a inclusão e equidade social e econômica devem ser respeitadas e compartilhadas para todos na construção de uma sociedade da informação que possa prover igualdade social, econômica e política. O Livro Verde evidencia a importância de conceber

soluções e promover ações que envolvam desde a ampliação e melhoria da infra-estrutura de acesso até a formação do cidadão enquanto sujeito capaz de fazer uso de informação para melhoria e qualidade de vida.

É nesse contexto de uma sociedade informacional permeada por aparatos e empreendimentos tecnológicos, mas que envolve o desenvolvimento social de uma nação, que se destaca a expressão “inclusão digital”. Em ocasião da realização de uma oficina em Brasília, intitulada Inclusão Digital, foi apresentada a seguinte definição para expressão:

“Inclusão Digital é gerar igualdade de oportunidade na sociedade da informação. A partir da constatação de que o acesso aos modernos meios de comunicação, especialmente a Internet, gera para o cidadão um diferencial no aprendizado e na capacidade de ascensão financeira e com a percepção de que muitos brasileiros não teriam condições de adquirir equipamentos e serviços para gerar este acesso, há cada vez mais o reconhecimento e empenho (governamental, social, técnico, econômico) de se encontrar soluções para garantir tal acesso. Com isto pretende-se gerar um avanço na capacitação e na qualidade de vida de grande parte da população, bem como preparar o país para as necessidades futuras.”¹

¹ A Oficina para Inclusão Digital e Participação Social é um evento que acontece desde 2001 organizado pelo Governo Federal e a coordenação do movimento social organizado, que busca reunir tanto agentes públicos quanto a população atuante em espaços que oferecem

Alcançar a inclusão digital não é uma tarefa fácil e estamos distantes de concretizá-la. Primeiramente, porque não basta apenas disponibilizar equipamentos e prover o acesso a serviços mediados por máquina, quando sequer a população pode fazer uso de tal benefício.

É preciso muito mais do que renda e apoio político e governamental, é imprescindível educação para uso de mídias e sistemas de informação. Sem o conhecimento, o direito ao acesso à tecnologia se resume a nada.

Nesse sentido, a ação de capacitar as pessoas para o uso e acesso de meios digitais é prioritária e fundamental. No entanto, essa capacitação não é uma medida simples de ser executada, pelo contrário, precisa-se de atuações governamentais que priorizem o desenvolvimento de políticas públicas de apoio à educação digital no Brasil.

As dificuldades são ainda maiores quando tratamos da grande rede que é a Internet, um ambiente repleto de complexidade, com uma gama informacional disponível sem qualquer tipo de filtro ou seleção prévia. Ficando a cargo de o internauta ter familiaridade ou capacidade na busca e recuperação da informação. Le Coadic⁶ afirma que:

O montante de informação na Internet leva a que se proponham questões sobre as habilidades necessárias para aprender a se

o acesso às tecnologias da informação, para o debate da configuração atual e de novas propostas para a política de inclusão digital no país.

informar e aprender a informar, sobre onde adquirir a informação e chama a atenção de que essa aprendizagem é totalmente inexistente no sistema de ensino.

Enfim que a inclusão digital deve ser entendida para além do acesso à informação que está nos meios digitais, mas como forma de promover e oportunizar a possibilidade de assimilação e reelaboração dessas informações em novos conhecimentos, tendo como consequência desejável a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Diante disto, para que a inclusão digital consolide o direito do indivíduo de participar desse movimento, não como mero consumidor, mas produtor e gerador de conhecimento, esta deve ser utilizada no contexto da educação.

LETRAMENTO DIGITAL PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ao refletirmos sobre o processo de aprendizagem das últimas décadas, é possível observar que a concepção de alfabetização enquanto apenas decodificação do sistema da escrita, foi bastante ampliada. Já não basta aprender a ler e escrever é necessário ir além do processo de assimilação de códigos.

Tendo em vista que o ato de ler exige do leitor uma ação sobre o texto, essa prática é constituída por uma série de significações que ultrapassam a decodificação de símbolos. Por outro lado, não existe um processo único e fechado para ler e compreender textos, Kleiman⁷ corrobora com essa afirmação e

complementa afirmando a existência de vários meios de leitura, que variam de acordo com os objetivos do leitor, as quais muitas vezes são determinadas pelos tipos ou formas de textos.

Segundo Quevedo⁸ [...] ler é muito mais que decodificar símbolos gráficos, é "captar" o mundo em nossa volta, sendo assim, a leitura se torna uma função essencial, pois é uma atividade presente desde que nascemos, quando passamos a "ler" o mundo através de nossos sentidos".

Diante de tais reflexões, a leitura, baseada na concepção de letramento, é uma prática dependente de um contexto que impõe circunstâncias pré-definidas, as quais darão vida ao ato de leitura, considerada um trabalho de ressignificação e não um trabalho de pura decodificação.

Letrar é mais que alfabetizar, é ensinar a ler e escrever dentro de um contexto no qual a escrita e a leitura tenham sentido e façam parte da vida das pessoas³, tendo em vista que deve haver, antes de tudo, a significação daquela leitura, ou seja, o motivo que conduz o ato de ler, criando assim uma relação de troca e interesse entre o leitor e o texto.

Estudiosos como Kleiman⁷ e Tfouni⁹ consideram que o letramento são as práticas sociais de leitura e de escrita para além da aquisição do sistema de escrita, ou seja, para além do processo sistemático da alfabetização.

Segundo Kleiman⁷ podemos definir hoje o letramento como um conjunto de práticas

sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos”. Nesse sentido, o leitor está constantemente agindo sob o texto que ler, visto que deverá compreendê-lo e interpretá-lo à luz de um objetivo que tenha motivado a leitura.

Alguns anos depois, Kleiman⁷ definiu letramento sob a perspectiva dos usos da leitura e da escrita e seus impactos, além das consequências dessa apropriação, definindo este “como as práticas e eventos relacionados com uso, função e impacto social da escrita”.

Tfoni⁹ apresenta uma concepção centrada nas diferenças entre o ato de alfabetizar e letrar, afirmando que o primeiro se ocupa de uma aquisição de leitura individual, enquanto o letramento leva em consideração os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade.

Soares³ aborda ainda uma perspectiva diferenciada das discussões mencionadas, que embora apoiada nas práticas sociais, apresenta uma concepção de letramento pautada no estado ou condição de quem exerce as práticas sociais de leitura e de escrita:

“[...] letramento é o estado ou condição de indivíduos ou de grupos sociais de sociedades letradas que exercem efetivamente as práticas sociais de leitura e de escrita, participam competentemente de eventos de letramento. [...] é o pressuposto de que indivíduos ou grupos sociais que dominam o uso da leitura e da

escrita têm as habilidades e atitudes necessárias para uma participação ativa e competente em situações em que práticas de leitura e/ou de escrita têm uma função essencial, mantêm com os outros e com o mundo que os cerca formas de interação, atitudes, competências discursivas e cognitivas que lhes conferem um determinado e diferenciado estado ou condição de inserção em uma sociedade letrada.”

Essa condição de inserção em uma sociedade letrada vem sendo, cada vez mais, ampliada no contexto vivenciado atualmente da cultura digital. O progresso das novas tecnologias faz emergir uma cultura informatizada, trazendo novas formas de produção, organização, armazenamento e disseminação da informação.

Paralelamente, a esse movimento de transformações técnicas e sociais, está o grande abismo que vem se formando entre as pessoas que possuem condições de acesso a tecnologias e os sujeitos marginalizados e alheios a esse contexto digital, o que vem exigindo, cada vez mais, pesquisas para o entendimento e análise da exclusão digital.

No contexto atual, o grande desafio das escolas, dos educadores e da sociedade civil é a exclusão digital ou o analfabetismo digital. Numa sociedade marcada pelo digital, faz-se necessário priorizar um processo educativo de alfabetização e letramento significativo, que leve em conta a multiplicidade tecnológica que hoje se apresenta.

Nesse sentido, o letramento digital implica tanto na apropriação de uma tecnologia, quanto no exercício efetivo das práticas de escrita que permeiam no meio digital. Para Magda Soares³ “é, um certo estado ou condição que adquirem os que se apropriam da nova tecnologia digital e exercem práticas de leitura e de escrita na tela, diferente do estado ou condição – do letramento – dos que exercem práticas de leitura e de escrita no papel”.

A autora supracitada centra seus estudos na perspectiva de que esse estado e condição do leitor são modificados quando este se apropria de tecnologias tipográficas e tecnologias digitais para leitura e escrita.

Para alguns autores, os processos cognitivos inerentes a esse letramento digital reaproximam o ser humano de seus esquemas mentais. Ramal¹⁰ afirma:

“Estamos chegando à forma de leitura e de escrita mais próxima do nosso próprio esquema mental: assim como pensamos em hipertexto, sem limites para a imaginação a cada novo sentido dado a uma palavra, também navegamos nas múltiplas vias que o novo texto nos abre, não mais em páginas, mas em dimensões superpostas que se interpenetram e que podemos compor e recompor a cada leitura.”

O hipertexto é uma realidade palpável, possibilitando uma leitura interativa de textos que misturam audiovisuais e som, entre outros elementos multimídias:

“(...) o hipertexto surge como uma alternativa mais eficiente para a comunicação no meio digital, na medida em que minimiza os limites impostos para a leitura em tela e explora de forma funcional as possibilidades de construção dos sentidos viabilizadas pelo computador: o uso dos links e da integração de várias linguagens favorecidas pelos programas de edição de texto, de som e de imagem¹¹.”

Escrito e lido de forma multilinear e multi-seqüencial, o hipertexto³ aciona links que constroem uma multiplicidade de caminhos na tela, sem respeitar uma ordem predefinida. Almeida¹² afirma que o leitor-navegador não lê como o leitor de livro por justamente ter essa facilidade de mudar rapidamente a leitura caso não goste.

O leitor diante das possibilidades de leituras na Internet adaptou o seu modo de leitura linear para uma leitura mais flexível, dinâmica e interativa, já que o hipertexto associa texto, imagem, audiovisual e som no ambiente digital, segundo Lévy¹ “um texto móvel, caleidoscópico, que apresenta suas facetas, gira, dobra-se e desdobra-se à vontade frente ao leitor”.

O processo de comunicação mediado pela tela dos computadores, *tablets*, *smartphones*, dentre outros, apresenta-se como novo espaço de acesso a informação. Aos poucos vão se delineando mudanças nas formas de interação entre escritor, leitor e o texto, mais amplamente, entre o ser humano e o conhecimento, “a hipótese é de que essas

mudanças tenham conseqüências sociais, cognitivas e discursivas, e estejam, assim, configurando um letramento digital”³.

Em síntese o letramento digital corresponde ao processo de desenvolvimento de competências para localizar, selecionar, acessar, organizar, usar informação e gerar conhecimento no ambiente digital, visando à tomada de decisão e à resolução de problemas. Ao processo de desenvolvimento dessas habilidades e atitudes, denominamos Competência Informacional que têm como princípio a interpretação, avaliação, organização da informação e seu uso em diferentes contextos.

Os estudos vêm centrando a visão dessa problemática em torno dos espaços de escrita e suas conseqüências, preocupados em delinear as diferenças entre os letramentos tradicional e digital. No entanto, é imprescindível levar em consideração a importância do desenvolvimento de competências que contribua para a inclusão de todos para o uso e acesso de conteúdos digitais.

Os indivíduos e organizações estão sendo confrontados pelos novos mecanismos de produção, reprodução e difusão dos textos eletrônicos, resultando numa imensidão de possibilidades para o acesso e uso da informação. É fundamental a empregabilidade de um conjunto de habilidades e competências requeridas para usar diferentes tipos de informação, serviços e produtos, bem como interagir socialmente através dos meios eletrônicos.

Nesse sentido, compreende-se também que a inclusão digital deve esta associada à educação. Ela é parte integrante do processo educativo que, por meio de práticas pedagógicas inovadoras e emancipatórias, possibilitarão o aluno a pensar, refletir, bem como compreender seu papel enquanto cidadão participante da cultura social.

O letramento digital deve ser percebido enquanto instrumento de transformação social e de construção de cidadania, pois tornar-se um sujeito crítico e atuante na sociedade contemporânea está diretamente condicionado à oportunidade de acesso a informações no meio digital. Visto que convivemos numa sociedade letrada dotada de uma carga cultural que é transmitida e permeada a partir de meios de comunicação. Estar fora desse circuito é estar excluído, sobretudo, do acesso à informação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O letramento digital está para além da digitação e do uso do mouse, mas principalmente, é um artifício ou método que proporciona condições para o cidadão se tornar participante das constantes transformações da sociedade, seja numa esfera econômica, política ou educativa.

Por essas e outras questões, alguns autores como João Thomaz Pereira e Carla Viana Coscarelli ¹³, mencionam a inclusão digital como facilitadora desse processo de inserção e uso das tecnologias na educação. De acordo

com os autores, a inclusão digital funcionaria como agente facilitador de diversos direitos dos cidadãos, uma vez que estar incluído digitalmente é uma etapa do grande processo que é a inclusão social.

A partir do acesso às informações mediadas por aparatos tecnológicos o indivíduo pós-moderno é imbuído do direito de poder fazer uso dessas informações no seu cotidiano, seja para ter conhecimento de oportunidades de emprego ou simplesmente para entreter-se.

Apesar de ser pouco estudada e aprofundada, a inclusão digital perpassa por um processo maior que é o de inclusão social e que deve ser discutida e apoiada na constituição de políticas públicas que proporcione esta prática.

Nesta produção chega-se ao entendimento de que a inclusão digital, apesar de não ter consolidado um conceito ou definição precisa para a prática, tem como centralidade a educação para o acesso e uso da informação, o que aproxima essa temática para importância da Competência em Informação.

É fundamental que o processo de inclusão digital seja atrelado à questão do acesso a informação, uma vez que grande parte da produção e difusão desta ocorre através dos meios digitais. A desigualdade social acaba sendo mensurada a partir da apropriação e aplicação dessas informações mediadas pelas TIC. Esperamos que este artigo contribua para a produção de novos questionamentos em torno da inclusão e letramento digital.

REFERÊNCIAS

1. Lévy, P. *Cibercultura*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.
2. ChartierR, R. Do códex à tela: as trajetórias do escrito. In: CHARTIER, R.A ordem dos livros:leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília, DF: UnB, 1994. p. 95-111.
3. Soares, Magda. *Novas Práticas de Leitura e escrita: Letramento na Cibercultura*. Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002.
4. Castells, Manuel. *A sociedade em Rede*. 10. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2007.
5. Takahashi, Tadao. *Sociedade da informação no Brasil: livro verde*. Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), 2000.
6. Le Coadic, Yves-François. *A ciência da informação*. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.
7. Kleiman, A. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, A. (Org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1995, p. 15-61.
8. Quevedo, H. F. *Ler é nossa função essencial (ou não?)*. In: *Leitura e animação cultural: repensando a escola e a biblioteca*. Passo Fundo, RS. UPF editora, 2002.
9. Tfouni, Leda Verdiani. *Letramento e alfabetização*. São Paulo: Cortez, 1997
10. Ramal, A.C. *Educação na cibercultura: hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 2002.
11. Braga, D.B. *Hipertexto: questões de produção e de leitura*. Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade de Campinas. *Estudos Linguísticos XXXIV*, p. 756-761, 2005.
12. Almeida, Rubens Queiroz de. *O leitor-navegador II*. In: SILVA, Ezequiel Theodoro da

(Coord.). A leitura nos oceanos da internet. 2. ed.
São Paulo: Cortez; 2008.

13. Coscarelli, Carla Viana; RIBEIRO, Ana Elisa.
(Orgs.). Letramento digital: aspectos sociais e
possibilidades pedagógicas. Belo Horizonte:
Autentica, 2005.